



DECRETO Nº 1554

Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal TINGUI VII.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CURITIBA, CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pelo inciso IV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município de Curitiba, e de acordo com a Lei Municipal nº 14.587, de 14 de janeiro de 2015,

considerando a necessidade de promover a preservação da biodiversidade no Município;

considerando a necessidade de reconhecimento aos benefícios prestados à cidade pelos proprietários de áreas verdes no Município de Curitiba;

considerando a necessidade de resguardar a qualidade de vida dos cidadãos e com base no Protocolo n.º 01-012504/2020;

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal TINGUI VII, doravante denominada RPPNM TINGUI VII.

§1º A RPPNM TINGUI VII, com área de 3.584,70m², localiza-se na avenida Fredolin Wolff, s/nº, lote encravado, bairro São João, Indicação Fiscal 75.009.045, conforme consta do Memorial Descritivo e da matrícula n.º 65.308 da 9ª Circunscrição de Registros de Imóveis de Curitiba, correspondendo à área integral do imóvel.

§2º Conforme Memorial Descritivo apresentado, o perímetro do imóvel corresponde à descrição “Lote de terreno urbano denominado “V”, com área de 3.584,70m², Quadrícula F-09, da Planta S.00481-PRJ002, neste Município e Estado, de formato irregular com as seguintes características e confrontações: A poligonal do imóvel inicia no ponto denominado OPP de coordenadas E:670120.550 e N:7191248.284 - UTM SAD 69. Do ponto OPP parte azimute de 123°37'15" uma distância de 199.15m até o ponto P1 de coordenadas E:670286.386 e N:7191138.015 - UTM SAD 69, confrontando com Lote “E” de Indicação Fiscal n.º 75.009.028. Do ponto P1 parte com azimute de 193°01'52" uma distância de 19.00m até o ponto P2 de coordenadas E:670282.102 e N:7191119.505 - UTM SAD 69, confrontando com o Lote “U” de Indicação Fiscal n.º 75.009.044. Do ponto P2 parte com azimute de 303°34'16" uma distância de 199.15m até o ponto P3 de coordenadas E:670116.214 e N:7191229.601 - UTM SAD 69, confrontando com o Lote “F” de Indicação Fiscal nº 75.009.029. Do ponto P3 parte com azimute de 13°04'05" pelo limite da faixa de segurança da linha de transmissão da Copel, uma distância de 19.18m até o ponto OPP confrontando com Lote de Indicação Fiscal n.º 75.009.009, onde teve início e fim esta descrição, perfazendo uma área total de 3.584,70m², sem benfeitorias.”

Art. 2º A RPPNM tem por função básica a conservação da diversidade biológica, fauna e flora, por meio da proteção, monitoramento e manutenção do meio físico e dos ecossistemas presentes, em caráter irrevogável.

Art. 3º Na RPPNM poderão ser permitidas atividades de pesquisas científicas e visitação com objetivos terapêuticos, turísticos, recreativos e educacionais, desde que previstas no Plano de Manejo.

§1º Na área da RPPNM poderá ser implantada edificação de estrutura de apoio às atividades permitidas, desde que esta ocupação, associada com aquela prevista no inciso I do artigo 2º Lei Municipal n.º 14.587, de 14 de janeiro de 2015, não seja superior a 20% da área total do imóvel e conste no Plano de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

Manejo aprovado, devendo o projeto de ocupação obter previamente as autorizações das Secretarias Municipais do Meio Ambiente e do Urbanismo.

§2º Quaisquer intervenções futuras deverão atender as exigências da legislação vigente e estar previstas no Plano de Manejo e Conservação a ser aprovado pela SMMA.

§3º Usos e intervenções não previstas na Lei Municipal n.º 14.587, de 14 de janeiro de 2015, devem ser objeto de análise por parte do Conselho Municipal do Meio Ambiente, desde que atendidos os quesitos legais e não apresentem conflitos com a finalidade da RPPNM.

Art. 4º As infrações ao disposto neste decreto serão enquadradas com base nas previsões da legislação vigente.

Art. 5º Ficam os proprietários da RPPNM TINGUI VII responsáveis por sua administração e manutenção.

§1º A proprietária da RPPNM, pessoa jurídica, deverá nomear um administrador pessoa física da RPPNM perante a SMMA.

§2º Em caso de mudança de titularidade da RPPNM em sucessão hereditária, venda ou doação da mesma, ficará o novo proprietário responsável por garantir o cumprimento das obrigações assumidas quando da assinatura do Termo de Compromisso que se encontra averbado à matrícula do imóvel, bem como das demais obrigações legais referentes a conservação da Reserva.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO 29 DE MARÇO, 28 de setembro de 2021.

Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Prefeito
Municipal

Marilza do Carmo Oliveira Dias - Secretária
Municipal do Meio Ambiente

